

A PROBLEMÁTICA DA APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE CUSTOS ÀS MICROEMPRESAS BRASILEIRAS

Carlos Alberto Barbosa Filho

MARCUS DE VASCONCELOS DIOGO DA SILVA

Naiula Maria Monteiro Pessoa

Ruth Carvalho de Santana Pinho

Fátima de Souza Freire

Resumo:

As micro, pequenas e médias empresas são responsáveis pela geração de recursos e de empregos tanto a nível nacional quanto a nível internacional. Neste atual processo de globalização econômica e abertura de mercado, o índice de mortalidade continua sendo uma preocupação para micro e pequenas empresas. Um dos principais motivos da alta taxa de mortalidade das microempresas brasileiras é decorrente da total falta de um controle dos gastos operacionais pelos seus empreendedores. De 1992 até o primeiro semestre de 1995, 1.875.039 empresas foram constituídas no Brasil e 206.344 foram extintas oficialmente, sendo que, desse último, 57,4% foram firmas individuais, ou seja, empresas com características de microempresas. Uma análise dos métodos de custos é realizada para que sejam verificados os problemas inerentes a sua utilização nas pequenas empresas brasileiras. A metodologia de base realizada pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), para as microempresas informais e formais quando pretendem realizar um empréstimo bancário junto a órgãos financeiros, é demonstrada como método de controle de custos. Conclui-se que, embora os métodos tradicionais de custos sejam importantes, eles só poderão ser aplicados quando a empresa atingir a um determinado tamanho devido a sua própria estrutura.

Palavras-chave:

Área temática: *Gestão Estratégica de Custos no Processo Decisório das Organizações*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

**A PROBLEMÁTICA DA APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE CUSTOS ÀS
MICROEMPRESAS BRASILEIRAS**

Carlos Alberto Barbosa Filho
Marcus de Vasconcelos Diogo da Silva
Naiula Maria Monteiro Pessoa
Ruth Carvalho de Santana Pinho
Fátima de Souza Freire

Outubro/1997

A PROBLEMÁTICA DA APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE CUSTOS ÀS MICROEMPRESAS BRASILEIRAS

*Carlos Alberto Barbosa Filho, Marcus de Vasconcelos Diogo da Silva,
Naiula Maria Monteiro Pessoa, Ruth Carvalho de Santana Pinho e Fátima de Souza Freire*
Faculdade de Economia, Administração, Atuariais e Contabilidade; Universidade Federal do Ceará,
Departamento de Contabilidade; Av. da Universidade, 2481, Benfica, 60020-180 Fortaleza, Ceará.

RESUMO

As micro, pequenas e médias empresas são responsáveis pela geração de recursos e de empregos tanto a nível nacional quanto a nível internacional. Neste atual processo de globalização econômica e abertura de mercado, o índice de mortalidade continua sendo uma preocupação para micro e pequenas empresas. Um dos principais motivos da alta taxa de mortalidade das microempresas brasileiras é decorrente da total falta de um controle dos gastos operacionais pelos seus empreendedores. De 1992 até o primeiro semestre de 1995, 1.875.039 empresas foram constituídas no Brasil e 206.344 foram extintas oficialmente, sendo que, desse último, 57,4% foram firmas individuais, ou seja, empresas com características de microempresas. Uma análise dos métodos de custos é realizada para que sejam verificados os problemas inerentes a sua utilização nas pequenas empresas brasileiras. A metodologia de base realizada pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), para as microempresas informais e formais quando pretendem realizar um empréstimo bancário junto a órgãos financeiros, é demonstrada como método de controle de custos. Conclui-se que, embora os métodos tradicionais de custos sejam importantes, eles só poderão ser aplicados quando a empresa atingir a um determinado tamanho devido a sua própria estrutura.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS NO PROCESSO DECISÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o grande desafio do mundo moderno é gerar ocupações para compensar o desemprego estrutural produzido pelo avanço tecnológico e efeitos da nova economia globalizada poupadora de custos e mão-de-obra. Diversos autores já constataram que as micro, pequenas e médias empresas (MPME) são responsáveis por uma expressiva parte do crescimento econômico mundial, pois elas representam algo em torno de 90% do total de empreendimentos, e contribuem com percentuais variados mais significativos na geração de empregos. Segundo Guilherme A. Domingos (SEBRAE/SP, 1995), nos Estados Unidos as MPME oferecem 50% dos empregos privados, além de serem responsáveis por 60 a 70% das novas ocupações criadas nos últimos anos. No Japão, elas representam pouco mais de 80% do total dos empreendimentos. Na União Européia, elas representam 92% das 16 milhões de empresas existentes.

No Brasil isto não é muito diferente. A participação das microempresas no PIB brasileiro é de 8,2% e das pequenas empresas de 12,4%. Além disso, a participação das microempresas no total de estabelecimentos industriais é de 81,35%, comerciais de 91,28% e do setor de serviços de 93,64% (Ver Tabela 1 dados estatísticos do IBGE, 1995). Essas empresas são importantes fontes de geração de empregos principalmente em regiões menos desenvolvidas, onde a especialização de mão-de-obra é extremamente restrita em função do baixo nível de escolaridade da grande maioria da população brasileira. A fim de equacionar os problemas e efeitos da atual globalização da economia, o governo brasileiro tem tomado algumas medidas que favoreceram as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). A mais recente medida foi a criação da Lei Federal nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 que dispõe sobre o sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições (SIMPLES) das microempresas (firmas que possuem um faturamento bruto anual de até R\$ 120.000,00) e das empresas de pequeno porte (firmas que possuem um faturamento bruto anual superior a R\$ 120.000,00 e inferior ou igual a R\$ 720.000,00). Até antes da referida Lei, era válido a nível federal o Estatuto da Microempresa, Lei nº 8.864/94 e Lei nº 7.256/84 que garantiam um certo tratamento diferenciado às MPME no que tange ao pagamento de alguns tributos, controle contábil dos seus recursos e financiamentos.

Como agentes direcionados a ajudar as ME e EPP, alguns órgãos brasileiros são responsáveis pela formação e criação de empresas, como, por exemplo, SEBRAE e SINE. O Serviço de Apoio às Microempresas (SEBRAE) surgiu em 1972, e foi o primeiro órgão com o intuito de orientar as pessoas que pretendiam abrir um pequeno negócio. O Serviço Nacional de Emprego (SINE) é um órgão subordinado ao Ministério do Trabalho que tem a missão de contribuir no processo de desenvolvimento econômico e social do Estado através da implementação de políticas públicas para a expansão do volume de emprego dos diferentes setores da economia. Todos os dois órgãos trabalham diretamente com microempresas e empresas de pequeno porte e oferecem programas de: (i) qualificação profissional para autônomos e microempreendedores formais e informais; (ii) financiamento de recursos para criação ou ampliação de microempresas.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÕES DAS MEEPP NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DO SETOR DE SERVIÇOS EM 1995

SETOR	COMPOSIÇÃO %	MICRO %	PEQUENA %	MÉDIA %	GRANDE%	TOTAL %
Indústria	15,02	81,35	13,65	4,41	0,59	100,00
Comércio	52,45	91,28	7,88	0,56	0,28	100,00
Serviço	32,53	93,64	5,43	0,48	0,44	100,00
TOTAL	100	90,66	7,89	1,08	0,38	100,00

Fonte: IBGE

Embora as MPME sejam importantes agentes econômicos na geração de recursos, a taxa de mortalidade das mesmas é bastante expressiva chegando aproximadamente a uma média anual de 60%. Diversos fatores podem explicar o motivo de tanta mortalidade, mas um dos principais é a falta de um maior controle administrativo-financeiro por parte dos empreendedores das MPME. Dados estatísticos do SEBRAE têm demonstrando que mais de 60% das microempresas não tem nenhum controle de custos.

No entanto, sabe-se que os custos são parte integrante do cotidiano das pessoas e das organizações, que buscam fazer seu orçamento com base nos gastos previstos e ganhos futuros. A necessidade da apuração de custos revela a importância de tomadas de decisões que irão refletir o gerenciamento da empresa. Mesmo assim, os atuais sistemas e softwares de custos não estão atendendo os microempresários que enfrentam dificuldades nos cálculos por não dominarem tal assunto.

Neste trabalho faz-se uma análise dos métodos de custos quando aplicados às microempresas. A análise é realizada com base nas informações que os mesmos podem gerar, a partir da sua geração e seu tratamento para a tomada de decisão. Uma análise da metodologia de controle de custos transmitida pelo SINE às microempresas (quando estas pleiteiam financiamento a órgãos públicos) será abordada em função da busca do método aquedado para as mesmas.

Para tanto, na Seção 2 do presente trabalho são abordados os conceitos de custos. Na Seção 3 são apresentados alguns métodos de custos existentes para que a microempresa possa utilizá-los para a tomada de decisão. As características da microempresa serão abordadas na Seção 3 como subsídios para a verificação do método a que elas poderiam aplicar. É apresentada na Seção 4 a metodologia aplicada pelo SINE aos microempresários para que os mesmos possam realizar em seus pequenos negócios uma melhor precisão dos gastos gerais de produção. Finalmente, as análises conclusivas obtidas das Seções anteriores serão descritas na Seção 5.

2. A COMPREENSÃO DO QUE VEM A SER CUSTO

A compreensão do que vem a ser custo não basta para que a gerência de uma empresa possa tomar decisões sobre o futuro da entidade. A acumulação e a análise informativa dos custos servirão de base para o atendimento dos objetivos empresariais. Essas informações são prestadas a partir de uma análise dos custos, de forma a categorizá-los prontamente a fim de proporcionar um sistema de

informações ágil, preciso e que atenda à finalidade almejada. Para isso foi feita toda uma divisão dos custos a partir de critérios estabelecidos para o suprimento à gerência do objetivo idealizado.

São vários os enquadramentos apontados para os custos. Porém teremos como meta o estudo de quatro deles: direto, indireto, fixo e variável.

2.1. CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS

A precisão de cálculo do custo é o objetivo primeiro da classificação em diretos e indiretos. O efeito imediato dessa conceituação é observada no maior controle da eficiência da empresa.

Essa conceituação em diretos e indiretos está ligada ao objetivo que se está custeando. Todo custo que pode ser facilmente mensurado à sua meta de custeio, denomina-se de custo direto. Em contrapartida, todo aquele que necessitar de recurso especial de apropriação ao ponto custeado denomina-se de custo indireto.

No entanto, às vezes, surgem custos sem relevância que podem ser naturalmente mensurados. Porém, pela análise do custo-benefício eles são enquadrados como custos indiretos, evitando assim maiores dispêndios. Isso se verifica também naqueles custos em que há um elevado grau de dificuldade de mensuração.

Se tomarmos como objeto de custeio o produto veremos que a matéria-prima é um exemplo perfeito de custo direto, pois ela é facilmente apropriada à unidade produzida. A mão-de-obra relativa à supervisão, por exemplo, é um custo indireto, pois não se pode apropriar diretamente ao produto pelo seu nível de abrangência.

2.2. CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS

A conceituação estabelecida em fixos e variáveis está atrelada a um referencial observado para estudo. Se observarmos o volume de produção e identificarmos uma relação de proporcionalidade entre o volume de atividade e o consumo, estará estabelecido um custo variável. Se por outro lado o custo for indiferente à variação do volume produzido num determinado intervalo de tempo e dentro de um volume limite estaremos diante de um custo fixo.

A palavra “fixo” não significa dizer que ele seja sempre, mas sim, que o custo dentro de um período e de uma faixa do referencial preestabelecidos inaltera-se em virtude do aumento no volume produzido. O custo fixo pode alterar-se para uma nova situação projetada, como a expansão da capacidade produtiva.

A mão-de-obra direta é custo variável pois o seu valor se altera proporcionalmente à alteração no volume de produção (referencial). O aluguel é um custo fixo que o seu valor não se modifica em decorrência de alterações no volume produzido (referencial).

A energia elétrica é um caso especial, pois pagamento da taxa mínima é acusado um custo fixo e pelo pagamento da energia consumida é revelado um custo variável. Diante deste exemplo, surge o que chamamos de custo semi-variável, o qual tem características mistas. Nesse, deve-se proceder a uma separação dos custos.

3 - OS MÉTODOS DE CUSTEAMENTO

Para iniciarmos o estudo dos métodos de custeamento é fundamental compreender o termo custear. Essa palavra sintetiza todo o esforço despendido pelo gerenciador para realizar a acumulação e análise dos custos a fim de prestar informações úteis e precisas para o bom gerenciamento da entidade. Essa apuração dos custos é crucial para a medição do quanto está sendo sacrificado para a obtenção do produto final almejado e a partir desse dado haver um direcionamento das decisões da empresa.

3.1. ABSORÇÃO (PLENO OU TOTAL)

Um critério que foi bastante difundido e que obedece aos princípios fundamentais da contabilidade aceitos pela grande maioria é o custeio por absorção.

O ponto central do fundamento desse sistema reside na apropriação de todo e qualquer custo proveniente do processo produtivo. Isso demonstra que tanto os custos fixos e variáveis quanto os custos diretos e indiretos são tomados como base para essa apuração.

No processo de apropriação dos custos variáveis não existe maiores problemas, visto que, sua grande maioria, sejam formados de custos diretos, e, conseqüentemente o processo é alocado diretamente ao produto. Isso não quer dizer que os custos indiretos variáveis não sejam apropriados dessa mesma forma.

O processo de apropriação dos custos fixos é um pouco diferente, pois exige um recurso especial denominado de rateio. Este é realizado tomando como índice um parâmetro arbitrário, ou seja, algum tipo de dado que seja mais prudente do ângulo de quem estiver rateando.

Esse sistema é fiel princípio da competência no momento em que ao estoque é alocado, além dos custos variáveis, os custos fixos, demonstrando, assim, que se deve haver uma concomitância entre o faturamento e a apropriação dos custos, ou seja, se uma parcela das vendas dos produtos deixar para se efetivar no período seguinte, nada mais justo que assim também o fizer com os custos. É por esse motivo que a legislação fiscal brasileira adota esse método para efeitos da elaboração das demonstrações contábeis.

3.2. MÉTODO DE CUSTEIO VARIÁVEL OU DIRETO

Um outro critério que vem sendo posto em prática a mais de 40 anos e que quebra a validade do fundamento do custeio por absorção é o custeio variável ou direto.

O custeio variável mostra que não existem méritos no procedimento de ratear os custos fixos para os produtos, visto que, estes custos não sugerem esforços para o desenvolvimento das atividades produtivas, mas sim encargos para a manutenção de uma instalação que proporcione a produção. Isso nos mostra que os custos fixos independem da atividade produtiva, significando, então, o custo mínimo para se operar numa fábrica.

Deve-se ressaltar que, uma vez ser constante, num determinado período de tempo, estes custos independendo, então, do volume de atividade, o custo fixo por produto varia conforme o nível de produção da empresa. Mostrando, dessa forma, que as decisões não podem ser tomadas a nível unitário por incorrer certamente em equívocos drásticos.

Essas duas ponderações são reforçadas a nível de mérito do custeio variável, pela evidência de que os custos fixos são, na sua totalidade, rateados de uma forma aleatória, por não ter estes custos uma identificação direta com o produto. Diante disso, uma simples mudança de critério de apropriação poderá mudar completamente o resultado de uma empresa, o que não faz sentido algum na prática. Isso só nos leva uma grande confusão e falta de eficiência das informações para efeitos gerenciais.

O custeio variável procede o seu direcionamento, apropriando somente os custos variáveis aos produtos, dando ao custo fixo um carácter de despesa.

Esse tratamento dado aos custos fixos rompe a ligação com o princípio da competência, sendo, por este motivo, discriminado pela legislação fiscal. Porém, o critério variável ou direto traz à luz um fator de importância incomensurável a nível gerencial: o conceito de margem de contribuição.

A margem de contribuição, que é a diferença entre a receita e os custos variáveis dos produtos vendidos, fornece à administração o quanto cada produto contribui para a auferição do lucro total antes de se reduzir os custos fixos totais. essa informação garante ao gerente um poder de decisão mais calcado na realidade.

Aqui os estoques não carregam nenhuma parcela do custo fixo, visto que este foi apropriado integralmente no período de sua incorrência. Resta apenas aos estoques uma parcela dos custos variáveis.

Vale lembrar que a diferença entre o resultado baseado no custeio por absorção e o resultado no custeio variável ou direto encontra-se naquela parcela de custo fixo que no primeiro fora apropriado aos estoques.

3.3. ACTIVITY BASED COSTING (ABC)

Diante do crescente avanço tecnológico e metodológico dos últimos tempos e do conseqüente aumento da competitividade surgiu a necessidade do aumento da qualidade, da economia, do tempo e da redução dos custos por parte das empresas, a fim de evitarem a perda do mercado. Aliado a esse avanço os custos indiretos aparecem como uma decorrência imediata daquele, a crescimento galopante. foi em virtude destes problemas que, em meados da década de 80, nasceu nos Estados Unidos um método que revolucionou o gerenciamento empresarial: o custo ABC.

Esse critério causou um frison na população mundial pelo fato de ter quebrado o vínculo com as tradicionais formas de custeamento. Nascia então um método baseado não mais na apropriação dos custos às unidade produtivas, mas sim nas atividades realizadas em um estabelecimento.

Para compreender melhor o ABC é interessante frisarmos o que define os termos recursos e atividades. O primeiro são os fatores produtivos que serão consumidos pelas atividades. O segundo é a forma da empresa utilizar o seu tempo e recurso para o alcance do seu objetivo.

A base de trabalho do ABC é a apuração do consumo de recursos pelas suas atividades e a conseqüente alocação destas aos produtos. Isso é feito através de um recurso denominado de rastreamento. Ele possibilita uma redução dos custos indiretos de fabricação, através deste artifício que transforma estes custos em custos diretamente identificáveis às suas atividades.

Esse recurso promoveu o surgimento de um sistema que proporciona aos gestores uma análise mais acurada das informações, mostrando a raiz dos problemas. Foi nesse momento que eles superou os outros

modelos de custeamento, pois os seus antecessores se preocupam com a eficiência e a exatidão, mostrando apenas as conseqüências do problema enquanto ele fez tomar atitudes por cultivar a eficácia.

Os direcionadores de custos (*cost drivers*) foram uma inovação do ABC, visto que é por meio deles que os custos, provenientes do consumo de recursos, vão sendo agregados às suas respectivas atividades. Por vezes surgirão ramificações das atividades que se disseminarão em outros departamentos. É o que se chama de atividades secundárias. Estas devem se utilizar dos *cost drivers* para alocar a esse nível ou a níveis mais profundos os custos das atividades primárias, surgindo aqui hierarquia das atividades.

Esses *drivers* são assim utilizados também, para calcular o consumo das atividades por cada produto, chegando-se então, ao fim do processo de apuração. Com isso pode-se observar que esse critério estudado proporciona a visão transparente do quanto cada nível do processo contribui para uma ótima produtividade.

A definição dos *drivers* para cada atividade é o ponto crucial do custeio baseado nas atividades. Porém, a identificação de cada atividade é a primeira e a mais complexa etapa desse método.

A informatização desse custeio é de fundamental importância, uma vez que o número de informações é vultoso e conseqüentemente desprenderia muito tempo para o processamento do método.

O objetivo maior do ABC é reduzir o custo por meio da eliminação dos desperdícios, através do corte nos geradores de custos que não agreguem valor, ou seja, naqueles fatores causadores do consumo de atividades evitáveis ou desnecessárias. Essa é uma forma eficaz de compreensão dos custos, diferindo da maneira tradicional de cortes aleatórios dos recursos. Dessa maneira o gerenciamento consegue uma otimização nos retornos financeiros aliado a uma otimização do valor dos produtos para quem os demandar.

Foi pela ênfase dada ao estudo de um método analítico, sem uso de arbitramentos aleatórios, eficaz e de rápida promoção de decisões que o custeio ABC ganhou mérito e repercussão no mundo.

3.4. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO ECONÔMICA (GECON)

O sistema de informações de gestão econômica (GECON) nasceu, em virtude do grande avanço tecnológico mundial, da crescente competitividade nesse meio e do obsolescimento dos métodos de custeamento utilizados, com o objetivo de otimizar o gerenciamento empresarial a partir da exposição, a nível operacional, financeiro e econômico, das informações provenientes das atividades desempenham pela entidade.

O enfoque divisional das atividades foi o epicentro para o desenvolvimento desse sistema, ou seja, cada atividade teria um acúmulo de dados de forma independente a fim de obter uma apuração do resultado nessa etapa da produção, onde haveria um gestor se responsabilizando pelo planejamento, execução e controle dela. Esse pensamento leva a crer que, se houver eficácia em cada atividade considerada separadamente, conseqüentemente o resultado global da empresa seguirá no mesmo sentido.

A mensuração dos ativos e dos passivos individualmente é fundamental para o início desse processo de avaliação da empresa. Para uma mais eficaz avaliação a nível gerencial o custo de oportunidade sobre os ativos deve figurar. Feito isso obtém-se o valor da empresa em dado período e o incremento da sua riqueza (lucro). A informação dos resultados por atividades, apontando a eficácia de cada uma, proporciona decisões mais fidedignas à realidade, visto que não se faz necessário o uso de arbitramentos.

Deve-se ressaltar que não se obtém a excelência do resultado da empresa com a maximização dos resultados das atividades em separado, somente, sem um modelo de decisão unificado para todas elas. No entanto, quando esforços são dispensados para o alcance deste caminho estamos promovendo a otimização dos resultados individuais e conseqüentemente a eficiência global da empresa.

O modelo pressupõe que dentre os três aspectos intrínsecos a qualquer atividade (operacional, econômico e financeiro) deve-se adotar o econômico como padrão para as decisões individuais dos gestores, já que ele promove menos conflitos setoriais, a fim de ficar estabelecido um parâmetro para o estudo de resultados. Este modelo deve estar fundido ao processo de gestão, ou seja, planejar, executar e controlar (o papel do gestor), a fim de evitar o desvio do objetivo de otimizar aos resultados para o de maximização dos resultados, em virtude do surgimento de uma visão estreita de todo o processo, caso não haja a fusão.

O GECON foi desenvolvido a partir da compreensão da missão da empresa observada todas as etapas da sua consecução. Ele pressupõe resultados econômicos corretamente mensurados, visto que só se obterá a continuidade da empresa caso ela seja eficaz, ou seja, o seu resultado líquido seja pelo menos nulo, caso contrário será esmagada pela crescente concorrência do mercado.

Ainda podemos considerar para uma melhor compreensão do sistema GECON aquelas atividades as quais se interrelacionam, promovendo assim o que se chama de transferência de preços, quer dizer, a transposição cautelosa do resultado daquela atividade para a sua atividade-extensão. Além disso o trabalho desenvolvido por esse critério baseia-se no estoque zero, procurando produzir apenas quando for demandado. E finalmente a inexistência de rateio é uma supremacia desse método pois seus riscos reduzem-se consideravelmente.

É interpelante observar que o interesse maior do GECON é obter o resultado por atividades, ou seja, calcular qual o seu valor agregado, e não somente os custos como ocorre no ABC. Essa divergência de visão nasce do fato de que Armando Catelli e Reinaldo Guerreiro, os criadores do GECON, ponderam que a melhor forma de se avaliar a eficácia de uma organização é através da perfeita apuração do lucro dela. Foi com o intuito de obter o benefício gerado à empresa, em decorrência de suas tarefas desempenhadas, que o GECON foi desenvolvido, visto não haver nenhum sistema eficaz criado a partir do objetivo de se mensurar o lucro obtido pela organização, uma vez que o ABC não fornece esse dado, pois sua meta é estudar com exatidão os esforços dispensados na produção.

4. AS CARACTERÍSTICAS DAS MICROEMPRESAS BRASILEIRAS E O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE)

Antes de fazermos alguma análise sobre a aplicação dos métodos de custeamento em micro ou pequenas empresas, serão abordadas as características das microempresas brasileiras, para com isso, entender o porquê da problemática dos métodos de custos quando aplicados às mesmas.

4.1. DEFINIÇÕES DE MICROEMPRESAS

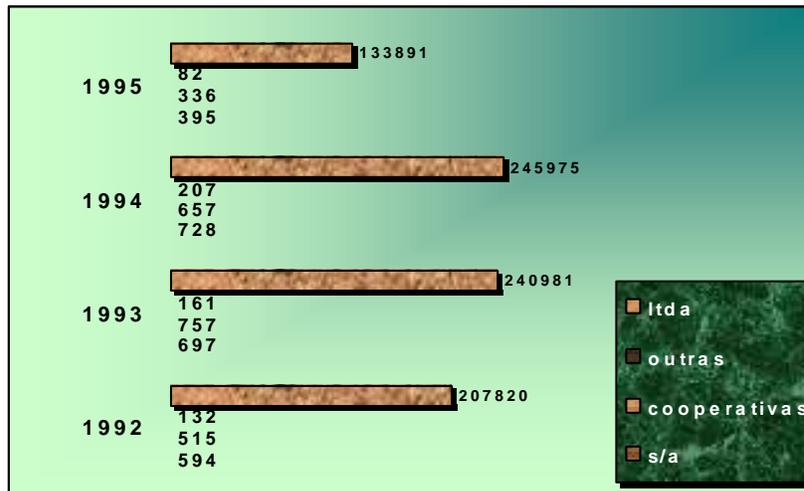
Diversas são as definições de micro e pequenas empresas, porém as principais são àquelas derivadas do conceito econômico e jurídico.

No âmbito econômico, uma empresa é definida segundo a atividade que ela exerce e pela quantidade de pessoas empregadas. Uma microindústria brasileira é aquela que possui até 19 empregados e uma microempresa comercial ou prestadora de serviços é aquela que emprega até 9 pessoas. Uma

pequena indústria é aquela que emprega de 20 até 99 empregados e uma pequena empresa comercial ou prestadora de serviços é aquela que emprega de 10 até 49 empregados.

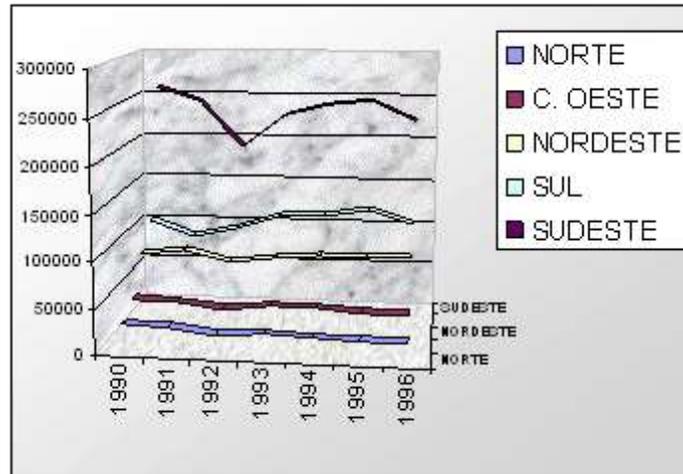
Para efeito de enquadramento nas regras da Lei nº 9.317/96, considera-se microempresa a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Considera-se empresa de pequeno porte a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, a receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais). O enquadramento é necessário para que as ME e EPP tenham um tratamento diferenciado das demais empresas brasileiras. Esta lei estimula a criação de novas empresas, principalmente por pessoas que buscam montar o seu próprio negócio. Ver, por exemplo, Gráfico 1, referente a percentual de empresas constituídas no Brasil durante o primeiro semestre de 1995 em função do tipo jurídico, Gráfico 2 - percentual de empresas constituídas na mesma data segundo a região, e Gráfico 3 - percentual de microempresas constituídas por região).

Gráfico 1 - Percentual do total de 833.928 empresas constituídas no Brasil durante o período de 1992 ao 1º semestre de 1995 em função do tipo jurídico.



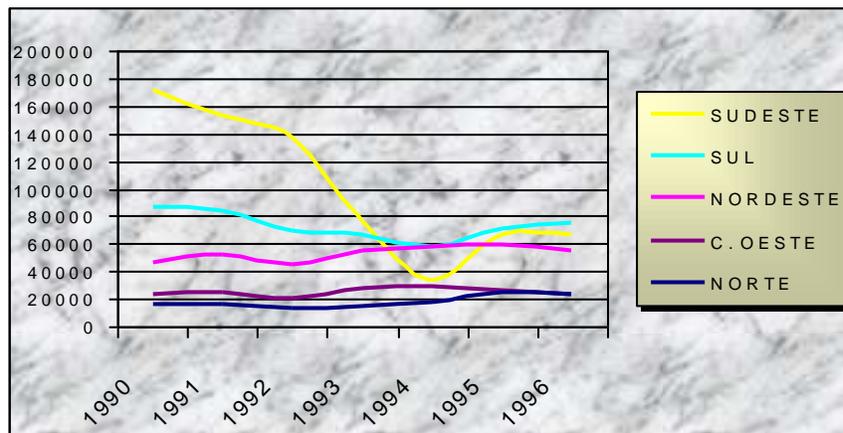
Fonte: Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC, 1996.

Gráfico 2 - Percentual do total de 3.466.833 empresas constituídas no Brasil durante o período de 1990 à 1996 segundo a região



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, 1997.

Gráfico 3 - Percentual do total de 1.875.039 microempresas constituídas no Brasil durante os anos de 1990 à 1996 segundo a região.



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, 1997.

4.2. O SISTEMA NACIONAL DO EMPREGO E SUA METODOLOGIA PARA CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREGO

Com o pressuposto de desenvolver e otimizar o nível de emprego no país, o governo brasileiro tem promovido formas alternativas de incentivo ao trabalho, ofertando condições financeiras e capacitação teórico-prática, ao cidadão interessado para o desempenho de atividades produtivas. Um desses incentivos, dá-se por meio de alguns órgãos públicos através da concessão de financiamento para a criação de microempresas.

O SINE (Sistema Nacional de Emprego) é um programa do governo Federal, instituído pelo Decreto nº 76.403, de 08. 10. 75, coordenado pelo Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário (SPES), cujo funcionamento se dá através da parceria dos governos Estaduais com o Ministério do Trabalho (Mtb). Há no SINE a Unidade de Promoção de Emprego que trabalha executando os projetos de apoio a microempresários informais, através do PRORENDA e do PROFAT. Esses projetos visam “o desenvolvimento sustentável de empreendimentos de micro e empresas de pequeno porte através do apoio a pessoas com motivação empreendedora”.

A concessão de um crédito a um “empreendedor” é realizada após uma exaustiva análise do perfil sócio-econômico de cada um. Esse estudo é feito através do PCC (Processo de Capacitação e Crédito) no qual é realizada a implantação e/ou reativação de empresas da seguinte forma: Palestra Informativa; Seleção dos Candidatos; Curso de Criação de Novos Negócios; Visita ao local de instalação da futura Empresa e a elaboração do Plano de Negócio; Consultoria; Comitê de Aprovação de Projetos; o Recebimento do Crédito; Visita de Acompanhamento; e, finalmente a Avaliação do Impacto. Tudo isso é feito com a finalidade precípua de destinar recursos a pessoas com caráter e capacidade aviltados.

O PRORENDA é um programa, com abrangência limitada à cidade de Fortaleza, cujos recursos são provenientes do Governo do Estado do Ceará e do Governo Alemão através da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), onde a contribuição é realizada em duas partes iguais, ou seja, 50% de cada órgão, financiando capital de giro e capital fixo. São beneficiadas as pessoas físicas do setor informal dos ramos de produção, comércio e serviço, com o mínimo de 6 meses de atividades, faturamento de até R\$ 2.000,00 e renda familiar per capita de até um salário mínimo. Os limites dos financiamentos são de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para ampliação ou criação do negócio., tendo como prazo de pagamento de até 8 meses quando se refere a ampliação da microempresa, e de até 9 meses para criação.

O PROFAT é um programa, com abrangência ampliada a todo o Estado do Ceará, cujos recursos provém do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), financiando investimento fixo e capital de giro. São beneficiados nesse programa, as pessoas físicas do Setor Informal e Pequenos Negócios Familiares na área produtiva, comercial e de serviço com no mínimo de 6 meses de funcionamento e faturamento de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Os limites de financiamentos são de no mínimo R\$ 300,00 (trezentos reais) e máximo de R\$ R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Segundo dados estatísticos do SINE (1997), as atividades de produção (confecção) demandam um percentual de 51%, enquanto que as atividades de serviço (sacoleiras, mercearia, confecção etc.) e de comércio (confecção), respectivamente demandam 14% e 35%. A demanda dos financiamentos para capital de giro, gira em torno de 49% e o de capital fixo é de 15%. No entanto o financiamento para capital misto é de 36%. Foram detectadas 3.706 ocupações Geradas e 14.888 ocupações mantidas¹ no período de Set/95 a Mar/97.

Os beneficiários dos programas acima citados são empreendedores com as seguintes características:

- (i) pessoas físicas que atuam no comércio informal;
- (ii) possuem baixa renda familiar;

¹ Entenda-se o termo “ocupações mantidas” como sendo a soma das empresas que nasceram por meio desses projetos àquelas que, apesar de já existentes, foram beneficiadas pelos projetos

(iii) desenvolvem atividades que não necessitam de grandes conhecimentos tecnológicos, o que permite deduzir que não tem nenhum conhecimento dos atuais métodos de administração-financeira, e de controle de custos;

(iv) o mercado em que atuam é bastante competitivo por não possuir barreiras do tipo: elevado investimento de capital, elevado nível de conhecimento tecnológico, despesas importantes com pesquisa e desenvolvimento de produtos, pequena margem de lucro nos produtos desenvolvidos;

(v) gerenciam com poucos recursos por se tratar de um micro negócio;

Antes da implementação dos programas e com o objetivo de realizá-los com sucesso, o SINE desenvolveu parâmetros para o julgamento do crédito. São analisados:

(i) o caráter do empresário através de uma palestra informativa, pesquisa cadastral, visita e seleção, imagem do empresário na comunidade;

(ii) a capacidade técnico-gerencial de vendas da empresa e a capacidade empreendedora do empresário, através de planilha financeira, uso de instrumentos gerenciais e participações nos cursos;

(iii) os recursos próprios aplicados na atividade, através de planilha financeira e projetos. É através da participação nos cursos que muitos microempreendedores conseguem captar as noções básicas de custos, venda, receita e lucro.

4.3. O CONTROLE DE CUSTOS PARA AS MICROEMPRESAS SEGUNDO O SINE

No módulo correspondente ao controle de custos no processo de capacitação dos empreendedores desejosos a participar em um dos programas do SINE/CE (1996), são abordados os seguintes conceitos:

(i) custos que “são valores expressos em Reais dos materiais ou serviços efetivamente consumidos na fabricação e venda de um produto ou serviço”;

(ii) custos fixos que são aqueles que “não variam em função da quantidade produzida/vendida de um bem”;

(iii) custo fixo unitário que “é o custo fixo total dividido pelas quantidades produzidas/vendidas do bem”;

(iv) custos variáveis que são aqueles que “variam em função das quantidades produzidas/vendidas do bem”;

(v) custo variável unitário que “é o custo variável total dividido pelas quantidades do bem”;

(vi) custos totais que “é a soma do custo fixo total com o custo variável total”;

(vii) custo total unitário que “é a soma do custo fixo unitário com custo variável unitário”;

(viii) preço de venda que é o somatório do custo fixo unitário com o custo variável unitário mais a margem de lucro desejada;

(ix) ponto de equilíbrio que “é o nível de vendas de uma empresa onde ela não obtém nem lucro, nem prejuízo, cobrindo apenas seus custos totais”.

No levantamento preliminar de dados para o cálculo do custo e a formação do preço de venda, é realizada uma classificação global dos custos do tipo:

- (i) custos variáveis (material direto, como, por exemplo, matéria-prima e/ou embalagem, mão-de-obra direta e seus encargos sociais);
- (ii) custos fixos representados pelos gastos gerais de administração (salário do pessoal administrativos, encargos sociais, salário do proprietário e do contador, água, luz, telefone, etc.);
- (iii) custos de vendas que “são aqueles que incidem diretamente sobre o preço de venda” (comissões de vendas, ICMS, PIS, Expedição, etc.);
- (iv) margem de contribuição que “deve ser considerada conforme o pensamento da empresa e a situação do mercado concorrente”.

Há também informações sobre análise de valor onde é colocado o conceito de valor de uso (utilidade do produto), valor estético (venda do produto segundo o que há de melhor no produto), valor de poupança (vantagens no produto) e envoltório (envolvimento do cliente e produto).

5. CONCLUSÕES

Como visto anteriormente, a criação de microempresas é cada vez mais intensifica em função da diminuição de oferta de empregos ocasionada principalmente pelos avanços tecnológicos.

Embora os métodos de controle de custos tradicionais ou modernos sejam importantes para a tomada de decisão do empreendedor, as limitações de uma microempresa como, por exemplo, nível de escolaridade do proprietário, recursos envolvidos, vantagens de mercado, quantidade produzida e vendida, impossibilitam a aplicação dos mesmos.

O método de custeamento por absorção permite obter resultados por produto, avaliar os estoques e encontrar os custos da capacidade ociosa sem ferir os princípios contábeis geralmente aceitos. Porém, apropria o custo fixo ao produto, distorcendo os resultados por levar esse custo para o estoque. Ele estuda as conseqüências e não as causas do custo.

O método variável ou direto é perfeito para estudar o grau de eficiência que a empresa obteve. Ele informa a contribuição de cada produto pela confrontação entre o custo que efetivamente provocou e a sua receita. Ele dá o resultado global e quando o custo fixo afeta diretamente o resultado.

O método ABC evidencia as atividades evitáveis, realiza estudo do custo por produto, e custo das atividades que não se relacionam como o produto. Porém, não fornece soluções para os problemas, mas apenas identifica as questões corretas. Há também a utilização do rastreamento em demasia, além de não mostrar o benefício (lucro) trazido à empresa.

O método GECON informa a contribuição de cada produto, o resultado por atividade (benefício); mensura o impacto dos aspectos operacionais, econômicos e financeiros em cada atividade; evidencia as atividades que não agregam valor ao produto; e evidencia a perda econômica pela manutenção de atividades estratégicas deficitárias. No entanto, não se preocupa com os usuários externos, e parece demonstrar incerteza pelo fato da delegação tratar de eventos futuros. Este método é perfeito para promover uma mudança de atitudes gerenciais a partir do conhecimento exato do lucro das atividades essenciais ao processo produtivo. Este método evidencia o desempenho através das variações estudadas.

Conclui-se que para a aplicação de métodos sofisticados de controle de custos em populações beneficiadas em programas de financiamento realizados pelo SINE, torna-se praticamente inviável em função da complexidade de informações que os mesmos são capazes de demonstrar. Os conhecimentos básicos de custos e valor de mercado são os mais adequados para aqueles que iniciam um pequeno negócio. Muito embora, após o amadurecimento da empresa, a implantação de métodos do tipo ABC e/ou GECON possam ser aplicados.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, L.L.; FERNANDES, C. M. B., e FREIRE, F. S. (1995), “A gestão contábil como suporte à obtenção de linhas de crédito: o caso das micro e pequenas empresas cearenses”, II Encontro Nordestino de Contabilidade, Natal, Rio Grande do Sul.
- CATELLI, A. e GUERREIRO, R. (1992), “Mensuração de atividades: ABC x GECON”, Anais do XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade, Salvador, Bahia.
- CATELLI, A. (1995), “Coletânea de trabalhos de Pós-Graduação”, Compêndio sobre modelo GECON, FEA/USP, São Paulo.
- CETREDE (1995), Guia do usuário de crédito: micro e pequenas empresas, Imprensa Universitária/UFC, Fortaleza, Ceará.
- CHING, H. Y. (1995), Gestão baseada em custeio por atividade, Atlas, São Paulo.
- COOPER, R. e KAPLAN R. S. (1990), The desing of cost management systems, Prentice Hall, New Jersey.
- DOMINGOS, G. A. (1995), “A importância das micro e pequenas empresas”, Estudos SEBRAE/SP, ano 2, nº 12.

- FERNADES, C. M. B; ALVES, L. L.; SILVA, R. E. X.; e FREIRE, F. S. (1995), “O dilema realidade x legalidade na caracterização de microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil”, Anais do IV Congresso Internacional de Custos, Campinas, São Paulo.
- FERREIRA, C. A. (1997), SIMPLES: impostos único para as micro e pequenas empresas, Editora AB, Goiânia.
- GANZEL, G. e ALLOVA, V. (1996), Revolução nos custos: os métodos ABC e UP e a gestão estratégica de custos como ferramenta para a competitividade, Casa da Qualidade, Bahia.
- GUERREIRO, R. (1991), “Mensuração do resultado econômico”, Caderno de Estudos da FIPECAFI, FEA, USP, São Paulo.
- GUERREIRO, R. e CATELLI, A. (1992), “GECON sistema de informação de gestão econômica: uma proposta para mensuração contábil do resultado das atividades empresariais”, Boletim Interamericano da Association Interamericana de Contabilidade.
- JOHNSON, R. e KAPLAN, R. S. (1987), Relevance lost: the rise and fall management accounting, Havard Business School Press, Boston, Massachusetts.
- LEONE G. *et al.* (1994), Custos: planejamento, implantação e controle, Atlas, São Paulo.
- NAKAGAWA, M. (1995), ABC (custeio Baseado em Atividade), Atlas, São Paulo.
- SINE (1996), Manual da metodologia CEFE (Criando Empresa Formando Empresário) , Vol 2 mimeo, Fortaleza, CE.

AGRADECIMENTOS: Os autores agradecem o suporte financeiro recebido da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP) para realização deste trabalho e ao Sistema Integrado de Emprego do Ceará (SINE) pelas informações referentes aos programas de financiamento para microempresas.